



Fiscais da PMV destruíram três barracos, sem mandado judicial

Dom João garante posse de terreno em São José

Fiscais da Prefeitura Municipal de Vitória destruíram ontem três barracos numa ocupação no morro São José (ao lado da Praia Santa Helena), ferindo uma mulher. Mas o terreno, que pertence à Igreja Católica, será ocupado pelos moradores, garantiu ontem o arcebispo de Vitória, D. João Batista da Mota e Albuquerque, que assegurou proteção ao grupo.

O arcebispo garantiu que "eles (ocupantes) estão lá com nosso conhecimento. Vamos dar toda proteção a eles, pois estavam pagando aluguel dentro de uma favela. A comissão de Direito à Moradia foi acionada para protegê-los, pois foram atingidos. Eles têm direito, inclusive, a ser ressarcidos dos seus prejuízos".

AGRESSÃO

O local da ocupação, já todo delimitado, totaliza 92 lotes, com ruas de três metros de largura. Os lotes têm 45,5 metros quadrados e o local não tem água ou luz. O seu acesso é pelo aterro da Comdusa. A parte ocupada do morro São José pertence, segundo os ocupantes, ao Seminário da Arquidiocese de Vitória.

A sra. Iracema Almeida da Silva, manicure, dois filhos, salário "máximo" de Cr\$ 15 mil mensais (pois também vende produtos de beleza) comentou que pagava aluguel de Cr\$ 2.500, mas que não tem condições. "Pago apenas porque não posso morar na rua", disse.

Ela relatou que, ontem pela manhã, três barracos tinham sido construídos e neles já estavam morando sete pessoas. "Estamos batalhando há três anos por este terreno. Há um ano começou a sair para a gente. Estes barracos destruídos pelos fiscais da Prefeitura de Vitória (só parte de um ficou de pé) começaram a ser construídos há uma semana. O terreno ainda não nos foi cedido mas ele (o arcebispo) não nos mandou sair. Praticamente já nos deixou ficar aqui. Uma reunião de nossos representantes será feita hoje e depois, às 17 horas (eram 15 horas), vamos receber a informação sobre a decisão do arcebispo", disse a sra. Iracema Almeida da Silva.

CONFIRMAÇÃO

A confirmação de que essas pessoas permaneceriam na área foi dada pouco depois pelo arcebispo, em rápida entrevista. E antes de saber da decisão da Igreja em lhes prometer apoio, inclusive na esfera judicial para assegurar a sua permanência no local, os posseiros re-

lataram a violência praticada pelos fiscais da Prefeitura de Vitória.

"Eu estava dentro do terreno, capinando. Vieram vários fiscais da Prefeitura de Vitória, o "pinto pelado", o Alexandre, o "Cachorro doido", o Inácio, mais um policial que chegaram quebrando a cerca com marreta. Eles começaram às 10h30 e levaram mais de uma hora. Foram embora quando os padres começaram a fotografá-los. Eu fui atingida pelo arame (farpado) e levei um corte na perna", relatou a sra. Geralda Alves da Silva — salário de Cr\$ 3.000 mensais como doméstica e que mora com a irmã "para não pagar aluguel".

SEM MANDADO

Os fiscais não tinham mandado judicial de reintegração da posse, medida que é solicitada sempre por quem pede a propriedade. A sra. Angela Barbosa, solteira, uma filha de oito meses, salário de Cr\$ 3.000 como doméstica — "que não dá nem para encher a barriga, quanto mais para pagar aluguel" — disse que só não teve o seu barraco inteiramente destruído pois "chorei nos pés deles (dos fiscais), mas eles garantiram que vão voltar amanhã (hoje) com força armada, com a polícia e vão me tirar daqui", afirmou.

"Cheguei perto do fiscal, o Inácio, e pedi contemplação com o pessoal. Ele disse que tinha recebido ordem mas se recusou a mostrá-la. Exigi então ordem judicial para despejo. Aleguei para eles que, no máximo, eles poderiam embargar as construções. Foi uma violência muito grande que fizeram com o povo. Ainda quiseram bater em meu filho. Então peguei uma ripa e falei que dava uma ripada neles", disse a sra. Adma Hadad Martins, que embora não estivesse ocupando terreno (ela tem casa) ajudava na coordenação dos serviços dos ocupantes.

Os posseiros asseguraram que "se eles tivessem batido em alguém nós iríamos reagir. Os fiscais disseram que queriam sangue. E o policial, que era cabo, falou que se o padre Germano, se ficasse com muita onda, iria preso", relataram os moradores. A sra. Dercília Candida Conceição, 45 anos, lavadeira, salário de Cr\$ 1.500 mensais (Cr\$ 500 por cada lavagem), também foi atingida. Para ter acesso ao local os próprios membros da comunidade tiveram que convencer um morador mais antigo da área a ceder um beco, e depois transportaram pedras e madeiras para abrir o caminho, segundo relataram.

Moradores discutem regularização

No próximo sábado, às 19h30, os moradores do Morro do Marinho, em Vila Velha, voltam a se reunir para discussão dos problemas relacionados com a regularização na justiça dos terrenos onde habitam, informou ontem a sra. Iracyr Nicolau de Almeida, membro da Associação de Moradores.

No último dia 12, todos estiveram reunidos e tiraram uma comissão de 30 moradores que acompanharão de perto o processo que já tramita na justiça, por intermédio do advogado da Arquidiocese de Vitória, sr. Vasco de Oliveira Júnior.

ANULAÇÃO

Em 1966, o Morro do Marinho, que antes era somente uma fazenda, foi loteado e vendido a diversas pessoas. Até hoje, a situação do terreno não foi regularizada e os moradores, que são mais de três mil, estão esperando que a justiça anule o processo, no qual consta que todos os terrenos pertencem à sra. Inácia Laranja, antiga proprietária do local, mas que ao se casar com o sr. Hugo da Chaga Trindade, por comunhão de bens, teve vendida a área, através de seu esposo, logo depois que se separaram.

Segundo informou a sra. Iracyr Nicolau de Almeida, o sr. Hugo da Chaga Trindade "não é contra a escritura dos terrenos aos atuais moradores do bairro, que os compraram, mas tudo

está se esbarrando na decisão da sra. Inácia Laranja, que não aceita essas medidas". Mas, os moradores, segundo ela, estão confiantes e esperam até o final do ano a decisão da justiça favorável à comunidade.

ELEIÇÕES

Três chapas estarão disputando, no próximo dia 20, as eleições para presidência do Centro Comunitário do Morro do Marinho, em Vila Velha. Atualmente a comunidade está dividida, afirmou ontem a moradora Iracyr Nicolau de Almeida, o que vem impossibilitando que reivindique seus direitos junto a Prefeitura de Vila Velha.

Como disse ela, o presidente do Centro Comunitário, sr. Gentil de Adão Souza "é da situação, cabo eleitoral do prefeito de Vila Velha, não colaborando para melhoria do bairro. Por isso mesmo é que a comunidade está dividida em quatro grupos e não chega a nenhuma solução para os problemas". Existem movimentos no Morro do Marinho "na escola, na igreja, no centro comunitário e na Associação de Moradores".

A chapa do sr. Gentil de Adão Souza tentará a reeleição. A chapa dois faz oposição a ela, mas também é da situação. Como disse a sra. Iracyr Nicolau de Almeida, "somente a sua chapa, a de nº 3, é de oposição e "pretende realmente obter melhorias para a comunidade de todo o bairro".